

# **Pobreza e acesso a programas de transferência de renda na periferia de Manaus: o caso do bairro Mauazinho\***

**Tayana Nazareth<sup>†</sup>**

**Débora Santiago<sup>‡</sup>**

**Elizangela Santana<sup>§</sup>**

Palavras-chave: bolsa família; informalidade; pobreza.

## **Resumo**

O objetivo deste artigo foi verificar os aspectos relacionados à pobreza e a transferência de renda na periferia da cidade de Manaus. Os dados utilizados são resultantes do Projeto de Pesquisa “Efeito sobre a qualidade de vida e percepções de risco de um empreendimento de refino de petróleo no Amazonas: o caso da Refinaria de Manaus”. O levantamento dos dados foi realizado no bairro Mauazinho, na Zona Leste da cidade, no período de setembro a outubro de 2008 e teve por base uma amostra representativa da população residente, onde foram entrevistados 2466 moradores residentes em 481 domicílios. Os resultados obtidos revelam que a pobreza é evidente em toda a extensão do bairro, parte significativa da população vive em condições precárias de moradia e infra-estrutura, com um considerável número de famílias que vivem em condições abaixo da linha de pobreza. O auxílio às famílias de baixa renda, por meio dos programas de transferência de renda não contributiva, abrange 20,1% dos domicílios entrevistados. Já as aposentadorias, pensões, seguro-desemprego correspondem a 26,0% dos domicílios. A contribuição dos programas de transferência de renda revelou um impacto positivo, porém insuficiente, na redução da pobreza dos moradores do bairro.

## **Introdução**

A necessidade da redução da pobreza é um consenso na sociedade contemporânea, o que torna indispensáveis estudos que forneçam uma melhor compreensão do fenômeno e que auxiliem em seu combate.

Nos dias atuais, a discussão sobre a pobreza tem afluído para um consenso de ser esse um fenômeno complexo e de caráter multidimensional. A vasta literatura sobre o tema revela a importância dada ao seu estudo, desde a evolução do pensamento sobre a pobreza iniciado por Rowntree ao atual pensamento multidimensional, onde se destacam as contribuições de Sen (1976, 1983, 1999), Chakravarty e Majumder (2005),

---

\* Trabalho apresentado no 13º Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica de Cidadania, BIEN, realizado em São Paulo - SP – Brasil, de 30 de junho a 2 de julho de 2010

<sup>†</sup> Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional /UFAM – Bolsista FAPEAM

<sup>‡</sup> Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional /UFAM – Bolsista FAPEAM

<sup>§</sup> Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional /UFAM – Bolsista FAPEAM

Deaton (2003), Alkire (2007) entre outros. Por ser um problema que atinge parcela expressiva da população brasileira, tem sido objeto de muitos estudos, como os trabalhos de Rocha (1996, 2003), Lavinias (2002), Lopes *et al.* (2003), Machado (2005) Barros *et al.* (2006), Codes (2008), dos quais abordam a mensuração, a análise de seu perfil e o aspecto multidimensional da pobreza.

Como mecanismo de combate à pobreza, à fome e à desigualdade, os programas de transferência de renda direta tem sido adotados em vários países em desenvolvimento. No Brasil, os programas federais de transferência de renda constituem uma forma de ação contra a pobreza, sendo mantidos sem interrupção desde a década de 70 e a partir de então incorporados à Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) promulgada na constituição de 1988. Na segunda metade da década de 90, novos programas de transferência de renda foram criados, como resposta do governo federal às várias propostas de implantação destes programas no país (ROCHA, 2004). Surgiu nesse período programas como o Bolsa escola, Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás, sendo todos incorporados posteriormente ao Programa Bolsa Família. As aposentadorias e pensões também compõem as transferências, representando uma parcela significativa na renda familiar brasileira.

Outra questão importante relacionada à pobreza no Brasil se refere à distribuição espacial entre as diferentes regiões do país. Observa-se, nesse caso, que existem diferenças entre as regiões, e que a incidência de pobreza é bem maior nas Regiões Norte e Nordeste (WORLD BANK, 2007; ROCHA, 2003). Ressalta-se que a Região Norte possui grande dimensão territorial e apresenta diferentes características econômicas, populacionais e sociais. Neste estudo será enfocada a pobreza urbana, mais especificamente da periferia da cidade de Manaus.

A capital amazonense, que quintuplicou sua população em 40 anos graças a um intenso processo migratório decorrente, em grande parte da implantação da Zona Franca de Manaus na década de 1960. Seus problemas sociais, consequência em parte da imigração, se manifestam na segregação espacial, na precariedade do transporte urbano, na má qualidade e na pouca cobertura dos serviços públicos essenciais.

O objetivo deste artigo foi verificar os aspectos relacionados à pobreza e a transferência de renda na periferia da cidade de Manaus. Os dados utilizados foram resultantes do Projeto de Pesquisa “Efeito sobre a qualidade de vida e percepções de risco de um empreendimento de refino de petróleo no Amazonas: o caso da refinaria de Manaus” realizado pelo Departamento de Economia e Análise da Universidade Federal

do Amazonas e financiado pelo CNPq. O levantamento dos dados foi realizado no bairro Mauazinho, na Zona Leste da cidade, no período de setembro a outubro de 2008 e teve por base uma amostra representativa da população residente no bairro. Foram entrevistados 2466 moradores residentes em 481 domicílios.

A análise da pobreza foi realizada buscando mensurar cinco dimensões avaliadas a partir das informações reunidas na pesquisa de campo. As dimensões foram: i) habitação ii) vulnerabilidade; iii) educação; iv) acesso ao trabalho; v) escassez de recursos. Dessa forma, buscou-se medir as dimensões mais básicas da pobreza tradicionalmente consideradas, ver Barros *et al.* (2006), Chakravarty (2005), Alkire (2007), Wagle (2005). Os aspectos mais importantes relacionados à pobreza e a transferência de renda foram abordados levando em consideração o sexo, a idade e a escolaridade dos entrevistados.

A importância de estudos desta natureza está ligada à necessidade do combate à pobreza, miséria e a exclusão social. É nesse sentido que pretende orientar-se este estudo, o qual procurará contribuir no esforço da análise do fenômeno, com o propósito de informar aos formuladores de políticas públicas a respeito da manifestação da pobreza na Região Amazônica e, assim, facilitar a formulação de programas sociais de combate à pobreza.

O presente artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: na seção 1 faz-se a análise da pobreza no bairro Mauazinho; na seção 2 são analisadas as transferências de renda; e, a seção final sintetiza as últimas considerações deste artigo.

## **1. Pobreza na periferia de Manaus: O bairro Mauazinho**

### *Caracterização do bairro*

O Mauazinho é um bairro da Zona Leste de Manaus, que corresponde à zona administrativa considerada mais pobre da cidade. O bairro foi criado em 1968, após a instalação definitiva da Zona Franca de Manaus, abrange uma área de 723.73 hectares e em 2007 sua população era composta por 10.713 habitantes. A pobreza é evidente em toda a extensão do bairro, parte significativa da população vive em condições precárias de moradia e infra-estrutura. Um significativo número de casas encontra-se em áreas de risco, próximas a igarapés, os tipos de domicílio predominantes são normalmente de alvenaria e de maneira, desprovidos de estéticas e padrões urbanísticos, com um

considerável número de famílias vivendo em condições abaixo da linha de pobreza (PNUD, 2000).

Para uma melhor compreensão do fenômeno da pobreza na área de estudo é de grande importância analisar com mais detalhes as tradicionais dimensões básicas da pobreza: as condições de moradia, a vulnerabilidade, o acesso ao conhecimento, o acesso ao trabalho, etc. Segundo Barros *et al.* (2006) cada uma dessas dimensões representa as necessidades insatisfeitas das famílias, ou seja, os fins que não puderam ser alcançados por elas.

#### *i) Carências habitacionais*

A questão habitacional é um conceito complexo, que envolve aspectos que afetam a qualidade da moradia, em termos de material de construção, área construída, divisões internas e instalações, infra-estrutura de abastecimento de água, esgoto, drenagem, disponibilidade de serviços públicos, entre outros (PINHEIRO, *et al.*, 2008)

Um dos aspectos primordiais para a análise da adequação das condições de moradia diz respeito ao acesso aos serviços de saneamento básico. Costuma-se agregar indicadores como a água, o esgoto e a coleta de lixo para se obter o índice de saneamento básico do país. Em 2008 cerca de 77% dos domicílios urbanos brasileiros conseguiram acesso simultâneo a esses serviços. Nesse mesmo período o bairro Mauzinho apresentava percentuais inferiores aos nacionais, mas superiores aos regionais e muito próximo aos estaduais, com cerca de 69% dos seus domicílios dispoindo de serviços básicos de saneamento, contra 60% dos domicílios urbanos da Região Norte e 68% dos referentes ao estado do Amazonas

O esgotamento sanitário constitui o maior desafio a ser vencido no país, pois é o serviço que oferece menor cobertura populacional. Verifica-se que em 2008 apenas 69,4% dos domicílios brasileiros tinham esgotamento sanitário, enquanto no Mauzinho o percentual era de apenas 51,8%, inferior ao verificado na Região (52,9%) e no Estado (56%). Em contrapartida 48% dos domicílios da área de estudo apresentavam instalações sanitárias precárias ligadas a riachos, igarapés, lagos, mato entre outros. Esse fato torna a população vulnerável à ocorrência de doenças principalmente às de veiculação hídrica causada pela água poluída por esses esgotos a céu aberto, o que afeta seriamente as condições de saúde e bem-estar dessa população.

A ausência do serviço de abastecimento de água constitui-se em outro grande entrave para a melhoria da qualidade de vida da população. No Brasil, 79% dos domicílios recebiam abastecimento de água por rede geral, enquanto na Região Norte o percentual era de apenas 53%. O Mauzinho apresentava valores próximos aos estaduais, sendo que aproximadamente 1/3 da sua população não dispunham de rede geral de abastecimento. Além disso, a qualidade da água fornecida era bastante precária, o que era agravado pelo fato de que mais da metade da população (54,1%) não utilizava nenhuma forma de tratamento dessa água. Somente 45,9% dos entrevistados alegaram que a água que utilizavam recebia tratamento por uso de cloro ou filtragem.

A coleta de lixo é tida como um dos serviços que possui uma das maiores coberturas do país. Em 2008 cerca de 83% dos domicílios urbanos tinham acesso a coleta direta e indireta do lixo, enquanto na Região Norte e no Estado do Amazonas esse percentual era mais reduzido, sendo de 75% e 80%. No Mauzinho em torno de 85% do lixo dos seus moradores eram coletados por caminhão de lixo, e somente 15% deles não recebiam esse serviço de coleta, sendo jogados em locais inadequados, como por exemplo em terrenos baldios.

O adensamento excessivo dos moradores nos domicílios também fornece informações sobre a qualidade de vida da população quanto às condições de habitação. As moradias urbanas consideradas adequadas segundo a densidade de moradores seriam aquelas com no máximo 3 pessoas por dormitório. Acima desse número o domicílio seria considerado com densidade excessiva de moradores. O Brasil tinha em 2007 aproximadamente 4% dos seus domicílios urbanos com adensamento excessivo. Já na região Norte esse percentual era de 15,3%. O bairro do Mauzinho em 2008 apresentava em torno de 27% de adensamento excessivo nos seus domicílios, tendo em média acima de 3 pessoas por dormitório.

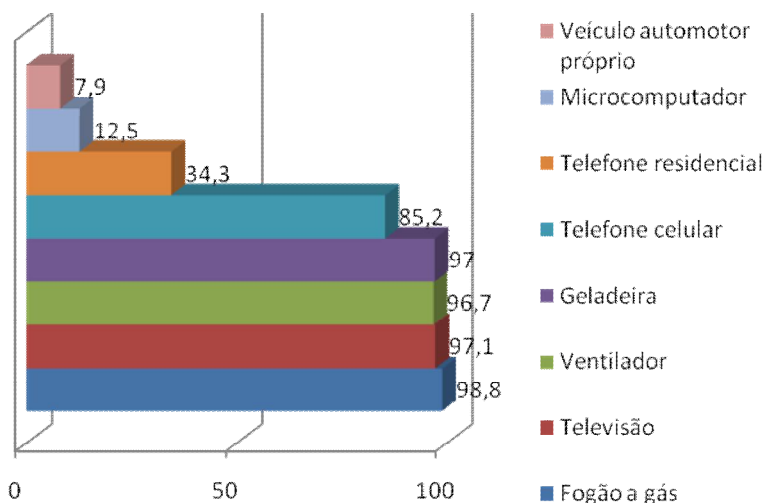
No que diz respeito aos tipos de materiais empregados na construção dos domicílios, aproximadamente 2/3 deles usam telha de amianto na sua cobertura, sendo que apenas 7% usam telhas de barro, mesmo sendo considerada a mais adequada para o tipo de clima da região. O reduzido percentual de pessoas que a utilizam pode estar relacionado com o seu alto custo. Em relação ao tipo de piso e paredes dos domicílios mais de 90% eram construídos com alvenaria ou madeira aparelhada. É válido destacar que esse percentual de moradores que usam a madeira aparelhada tanto nas construções de pisos (28%), quanto nas construções das paredes dos domicílios (31%), está

relacionado com a forte presença de casas tipo palafita, localizadas principalmente nos igarapés que estão por toda parte do bairro.

Os indicadores sobre o acesso a bens duráveis revelam a popularização de certos bens e as desigualdades de acesso em relação a outros. Os bens de maior acesso nos domicílios brasileiros são aqueles tidos como os básicos: o fogão (84%) e a geladeira (81%), assim como os intermediários; a televisão (83%), o rádio (76%), a máquina de lavar (40%) e o telefone celular (38%). O mesmo padrão segue a Região Norte e o Estado do Amazonas só que os percentuais de acesso são inferiores, estando o Norte em pior situação, pois só 26% da sua população não dispunham desses bens básicos (fogão, geladeira e televisão). Quanto aos bens duráveis considerados mais sofisticados como o telefone celular e o microcomputador, o acesso é relativamente reduzido, no caso do microcomputador apenas 31% dos brasileiros dispõem desse bem e para a Região Norte o percentual é de somente 17%, o que revela a realidade da exclusão digital presente no país, apesar dos avanços nas possibilidades de aquisição desse bem, o acesso ainda está limitado a uma pequena parcela da população.

No caso do bairro Mauazinho o percentual de acesso aos bens duráveis mais básicos como o fogão, a televisão e a geladeira foi superior à média nacional, regional e estadual (Gráfico 1).

**Gráfico 1 – Acesso a bens duráveis, bairro Mauazinho, 2008.**



Fonte: Pesquisa sobre qualidade de vida no entorno da Refinaria de Manaus (REMAN), 2008.

No entanto quando se refere à aquisição de bens mais sofisticados como o telefone residencial, o ar condicionado, o microcomputador e o veículo automotor, o percentual de acesso foi bastante reduzido, uma vez que esses bens estão tradicionalmente associados a um maior poder aquisitivo das pessoas. No caso do microcomputador, 87% da população do bairro não tinham acesso a esse bem, sendo este percentual inferior ao do país, estado e município. No caso do veículo automotor mais de 90% dos moradores são desprovidos desse bem, o que reforça os indicativos de baixo poder econômico da população residente no bairro.

#### *ii) Vulnerabilidade*

A vulnerabilidade representa a necessidade de excedente de recursos que uma família precisa para satisfazer suas necessidades básicas. Sendo mais elevada à medida que se aumenta a presença de gestantes, adolescentes, jovens e idosos na composição população, pois cresce o volume de recursos necessários para a satisfação de suas necessidades básicas (BARROS *et al.* 2006).

Para a verificação da vulnerabilidade de uma família foram analisadas questões relativas à Fecundidade, a presença de crianças, adolescentes e jovens na composição da população e também a razão de dependência.

A fecundidade constitui uma importante variável no sentido de revelar as desigualdades sociais, pois nascem mais entre os mais pobres, com menor instrução, com menor poder aquisitivo, etc. Entretanto nas últimas décadas a fecundidade das mulheres brasileiras vem apresentado tendência declinante em todas as áreas geográficas e camadas sociais passando de uma taxa de 5,8 filhos em 1970, para 1,8 em 2008, níveis abaixo da taxa necessária para repor a população que é de 2,1 filhos. No Norte, a fecundidade tradicionalmente era superior à média nacional, em 1970 as nortistas tinham em torno de 2,4 filhos a mais que as brasileiras, mas esse diferencial foi se reduzindo nas décadas seguintes e em 2008 a fecundidade nessa região passa a ser de 2,3 filhos.

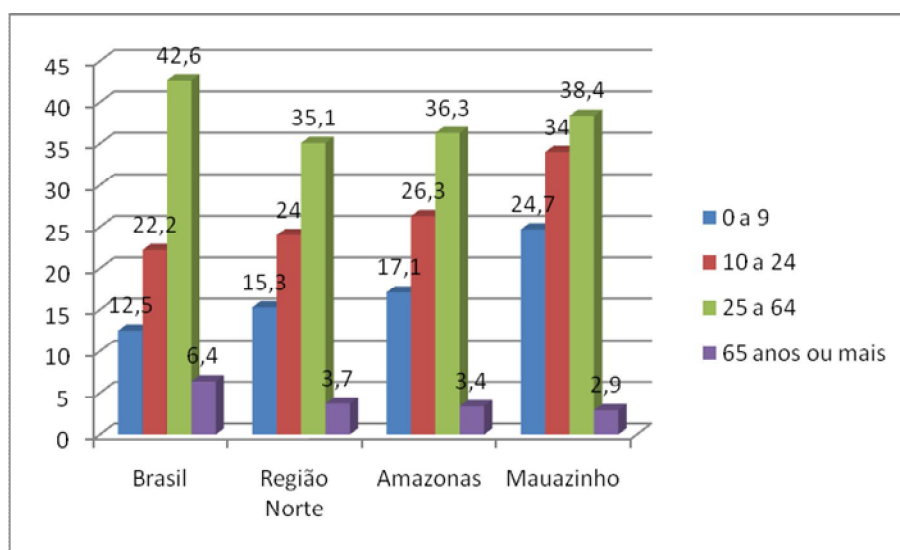
De acordo com Nascimento e Wong (1996) o declínio da fecundidade no Brasil está associado a uma série de mudanças de natureza econômica, social, cultural, política e institucional, que se traduz no aumento do grau de urbanização, acompanhada por modificações nas relações de trabalho e de produção, pela modernização da sociedade,

pelos novos padrões de reprodução, etc. Talvez por esses motivos o declínio tenha se manifestado inicialmente nas áreas mais desenvolvidas do país.

No bairro Mauazinho as mulheres tinham em média 2,2 filhos em 2008, níveis superiores aos nacionais e similares aos regionais que são de 2,3. Esses níveis relativamente reduzidos e pode estar relacionado com o fato do bairro estar localizado na área urbana da capital amazonense, onde os padrões reprodutivos estão fortemente vinculados com a modernização e industrialização vigentes no país. Além disso, verificaram-se no bairro dados positivos sobre o atendimento à saúde, especialmente relativos ao planejamento familiar, pois aproximadamente 90% das mulheres que tiveram filhos nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa fizeram seis ou mais consultas de pré-natal, índice recomendado pela OMS.

Outro aspecto que merece destaque quanto ao comportamento reprodutivo das mulheres residentes no bairro diz respeito ao rejuvenescimento da fecundidade, onde os grupos etários mais jovens (15 a 29 anos) compartilham os maiores níveis de fecundidade. As mulheres do grupo de 20 a 24 são as que apresentam a maior participação na fecundidade total do bairro (24,8%), seguidas pelas do grupo de 15 a 19 anos cujo percentual era de 22,3%, o que revela uma significativa presença de gravidez na adolescência no bairro. Esse fenômeno é também presente no país, na região Norte e no Estado do Amazonas.

**Gráfico 2 - Composição da população, domicílios urbanos do Brasil, Norte e Mauazinho, 2008.**



Fonte: PNAD, 2008; Pesquisa sobre qualidade de vida no entorno da Refinaria de Manaus (REMAN), 2008.

Quanto à presença de crianças, adolescente, jovem e idosos na composição da população constatou-se que o Mauazinho é habitado por uma população predominantemente jovem principalmente se comparado aos padrões brasileiros.

A proporção de jovens e adolescentes (15 a 24 anos) no bairro corresponde a 34% do total da população, sendo superior a do Brasil (22%), a da Região Norte (24%) e a do Estado do Amazonas (26%). A elevada proporção de adolescentes e jovens, pode estar relacionada tanto com o significativo percentual de migrantes em idade de trabalho no bairro, quanto à presença de migração familiar.

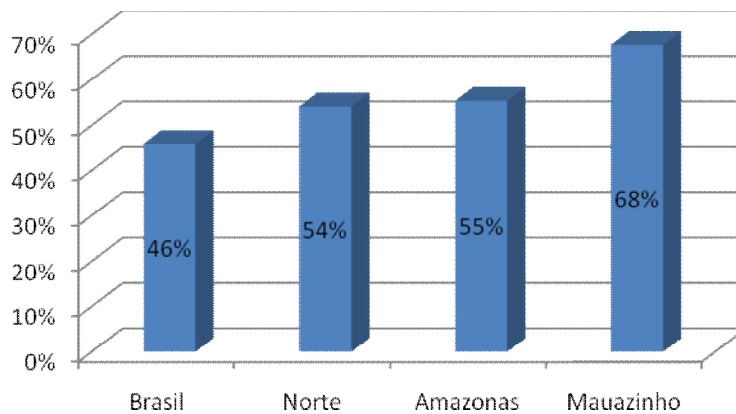
Por outro lado a população de idosos no bairro corresponde a 2,9%, níveis inferiores aos nacionais, regionais e estaduais, como pode ser observado no Gráfico 2.

Observou-se também que o peso relativo das crianças de 0 a 9 anos na composição da população encontrava-se inferior ao do grupo de adolescentes e jovens, o que evidencia a redução dos nascimentos, revelando claramente o declínio da fecundidade das mulheres brasileiras. Por outro lado, a população de idosos no Mauazinho mostrou-se relativamente reduzida, correspondendo a 2,9% da população total, sendo bastante inferior à do Brasil que era de 6,4%.

No que se refere à razão de dependência, esta constitui um importante indicador para a análise das condições de vida da população, pois quanto maior ela for menor a renda per capita e maior a desigualdade social. Esta é obtida pela proporção de pessoas consideradas dependentes (crianças e idosos) sobre aquelas em idade produtiva.

O gráfico 3 revela que no bairro Mauazinho a razão de dependência em 2008 encontrava-se em torno de 68%, níveis relativamente elevados se comparados aos do Brasil (46%), da Região Norte (54%) e do Estado do Amazonas (55%). Isso se deve a acentuada presença infanto-juvenil na composição da população do bairro, de modo que mesmo com a reduzida quantidade de idosos, o percentual de dependentes é relativamente elevado.

**Gráfico 3 – Razão de dependência da população do Brasil, Região Norte e Estado do Amazonas, 2008.**



Fonte: PNAD, 2008; Pesquisa sobre qualidade de vida no entorno da Refinaria de Manaus (REMAN), 2008.

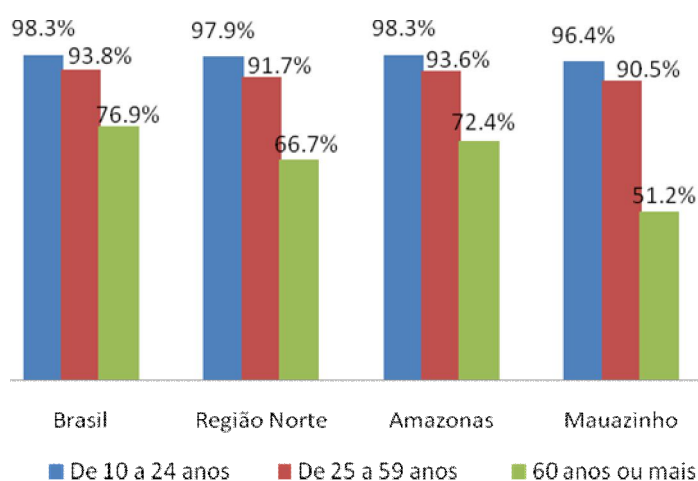
A maior presença de jovens e adolescentes na composição da população proporciona novas oportunidades, mas também sérios desafios para a sociedade. O termo “Bônus demográfico” que corresponde ao momento em que a estrutura etária da população atua no sentido de facilitar o crescimento econômico tem sido utilizado por muitos autores, pelo fato de que a população produtiva (15-64 anos) vem sobrepondo a população dependente, o que pode trazer um retorno social e econômico muito maior para o país. Para Alves (2005) este fato favorece a poupança e o investimento, tanto das famílias quanto da sociedade, pois a população passa a ser não um entrave, mas sim um fator impulsionador do *take off* do desenvolvimento. Por isso é de grande importância a compreensão desse fenômeno demográfico fornecendo insumos para a elaboração de programas e políticas públicas.

### *iii) acesso ao conhecimento*

O acesso ao conhecimento se encontra como um dos principais requisitos para a satisfação das necessidades das pessoas, pois a educação possibilita um maior acesso ao mercado de trabalho com melhores salários, etc. Para obter informações sobre essa dimensão da pobreza analisou-se o analfabetismo e a escolaridade por condição na unidade familiar dos domicílios da área de estudo.

A taxa de alfabetização constitui importante indicador para mensurar o desenvolvimento humano de determinada sociedade. O Gráfico 4 revela que em 2008 o bairro Mauazinho apresentava taxa de alfabetização inferior à nacional, regional e estadual. Esse fenômeno foi verificado para todos os grupos de idade considerados. Entretanto foram observados diferenciais significativos entre eles, sendo a taxa de alfabetização maior para os grupos de 10 a 24 anos, seguidos pelos de 25 a 29 anos e menor para os grupos de 60 anos ou mais de idade, o que indicava a necessidade de reavaliação das políticas educacionais direcionadas para esse grupo, pois é dever do estado garantir o acesso à educação de qualidade.

**Gráfico 4 – Taxa de alfabetização: Brasil, Amazonas e Mauazinho, 2008.**



Fonte: PNAD, 2008; Pesquisa sobre qualidade de vida no entorno da Refinaria de Manaus (REMAN), 2008.

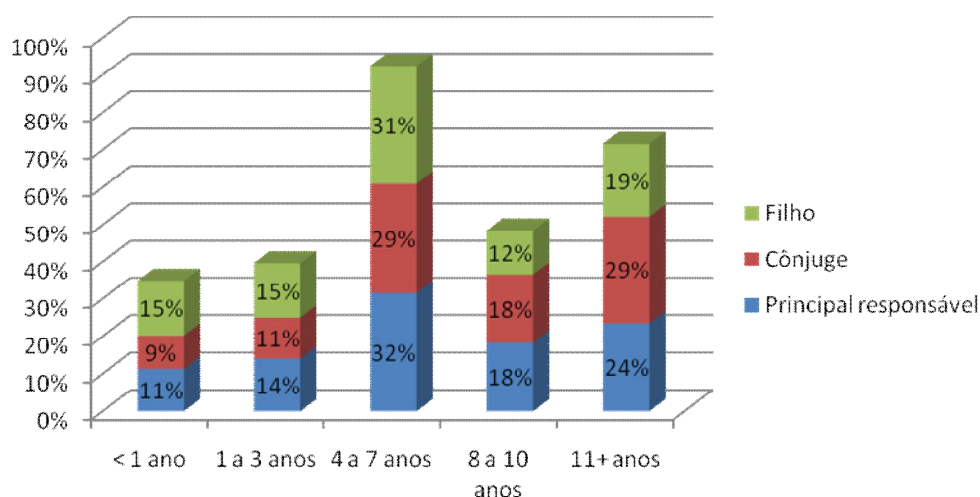
Quando se analisa a população por anos de estudos, observa-se que o maior percentual (33,2%) corresponde aos que possuam de 4 a 7 anos de instrução, sendo este o maior percentual, o que denota a falta de assistência por parte de políticas de ensino para o Mauazinho. Nesta perspectiva pode-se dizer que 31,87% da população são analfabetos funcionais, segundo a UNESCO, por possuírem menos de 4 quatro anos de estudo.

A análise da escolaridade considerando a condição na unidade familiar revelou que 32% dos chefes de família possuem de 4 a 7 anos de estudo (Gráfico 5). É expressivo o número de chefes de família com nível de instrução menor que 3 anos, os quais correspondem a 25% do total. A reduzida escolaridade dos chefes de família

pode estar relacionada com a pobreza presente nos domicílios, pois a ausência de escolaridade impede o trabalhador de conseguir emprego com melhores salários, sendo uma barreira no mercado de trabalho.

Ressalta-se ainda que os cônjuges apresentam maior escolaridade na unidade familiar, concentrando-se em duas classes de anos de estudo: as de 4 a 7 anos e as de mais de 11 anos, com percentuais em torno de 29%. A escolaridade dos filhos encontra-se em maior escala entre 4 a 7 anos de estudo (31%) e em menor escala entre 11 e mais anos de estudos (19%).

**Gráfico 5 – Anos estudo por condição na unidade familiar, bairro Mauazinho, 2008.**



Fonte: Pesquisa sobre qualidade de vida no entorno da Refinaria de Manaus (REMAN), 2008.

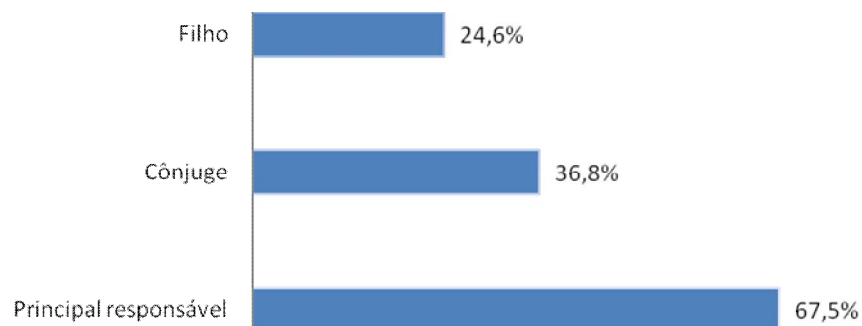
#### *iv) Acesso ao trabalho*

Dentre a população com 10 anos ou mais de idade residente no bairro do Mauazinho, um percentual de 43% encontrava-se ocupada recebendo remuneração no período da pesquisa. Comparando a situação do bairro com o comportamento observado no Amazonas e no Brasil, em 2007, verificou-se que o bairro permaneceu com níveis de ocupação inferiores. O nível de ocupação no Amazonas de 50,4% e o do Brasil de 57,0% no mesmo período.

A ocupação por condição na unidade familiar mostrou que 67,5% dos chefes de família encontravam-se ocupados. Já o nível de ocupação dos cônjuges mostrou-se

inferior, com taxa de ocupação de 36,8% (Gráfico 6). A maioria dos filhos encontrava-se sem ocupação, com apenas 24,6% de ocupados. Deve-se, neste caso considerar a faixa etária dos filhos, pois, dos sem ocupação 58,7% encontravam-se em idade escolar, entre 10 e 19 anos.

**Gráfico 6 – Ocupados por condição na unidade familiar, bairro Mauazinho, 2008.**



Fonte

Fonte: Pesquisa sobre qualidade de vida no entorno da Refinaria de Manaus (REMAN), 2008

A análise dos entrevistados por idade revelou que as faixas etárias com a maior proporção de pessoas ocupadas foram as de 25 a 39 anos e 40 a 59 anos, que atingiram quase 70% de todo o contingente de ocupados. Quanto à população ocupada no grupo de 10 a 14 anos, verificou-se um percentual bastante reduzido de participação, inferior a 1%. No que concerne a população com 60 anos ou mais, estes representavam 3,7% dos ocupados e 7,2% dos desocupados.

A análise dos atributos pessoais revelou a acentuada diferença da condição de ocupação por sexo. Do total das pessoas com 10 anos ou mais de idade que possuíam trabalho remunerado, os homens representavam mais de 2/3 da população ocupada. Já em relação ao total de não ocupados, logicamente a situação era inversa, de forma que as mulheres atingiam quase o mesmo percentual (64,1%).

No bairro Mauazinho as pessoas sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo representavam 5,4% dos entrevistados com 10 anos ou mais de idade. Em relação à população não ocupada, as pessoas neste grupo educacional contavam com 10,9% de todo o contingente. Em ambos os casos (ocupados e não ocupados), as pessoas sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo em Manaus no ano de 2000

tinham percentual pouco inferior ao observado para o Mauazinho (4,2% e 8%, respectivamente).

O grupo de pessoas com 4 a 7 anos de estudo representa 31,4% dos ocupados e 37,1% dos desocupados. Dos 642 entrevistados que estão neste grupo, apenas 252 estão exercendo algum trabalho remunerado. Já o grupo com 11 anos ou mais de estudo contava com a maior participação entre a população ocupada residente no bairro (32,5%). Os grupos com maiores níveis educacionais (8 a 10 e 11 anos ou mais de estudo) correspondiam a mais da ½ dos trabalhadores ocupados, ao passo que os não ocupados contavam com 28,3% desses.

Os trabalhadores com menor escolaridade estão perdendo espaço por não terem qualificação compatível com as exigências do mercado. Admitindo que, as pessoas com menor escolaridade são as mesmas que enfrentam diferenciações nas oportunidades de educação, esse quadro social sugere que existe um mecanismo de perpetuação do quadro de verdadeira exclusão social, resultando em uma ampliação das distâncias sociais entre as pessoas de diferentes estratos educacionais. A área em análise parece estar sendo influenciada pela nova tendência produtiva mundial seletiva e excludente. O novo modelo produtivo faz uso intensivo de capital físico em detrimento do capital humano e o capital humano empregado neste processo deve possuir maior formação formal.

Quanto à distribuição da condição de ocupação por sexo e anos de estudo, em praticamente todas as classes de instrução, os homens apresentaram maior participação na população ocupada, as exceções estão na faixa de pessoas sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo e naquela de 11 anos ou mais de estudo. O grupo de 4 a 7 anos de estudo corresponde ao maior número de pessoas, como foi dito anteriormente, porém uma maior quantidade de mulheres nessa faixa de instrução encontram-se em condição mais desfavorável, ou seja estão desocupadas.

**Tabela 1**

Bairro do Mauazinho

Distribuição percentual da condição de ocupação da população com 10 anos ou mais por sexo e anos de estudo - 2008

Anos de Estudo	Homem		Mulher	
	% Ocupada	% Não ocupação	% Ocupada	% Não ocupação
Sem instrução/ < 1 ano	5,23	11,67	5,60	10,69
1 a 3 anos	10,99	28,38	8,00	17,86
4 a 7 anos	33,51	35,81	26,40	38,93
8 a 10 anos	21,44	14,06	15,60	16,34
11 anos ou mais	27,57	8,22	42,80	16,18
Não informado	1,26	1,86	1,60	0,00

Fonte: Pesquisa sobre qualidade de vida no entorno da Refinaria de Manaus (REMAN), 2008.

Do total das mulheres com trabalho remunerado 42,8% tinham 11 anos ou mais de estudo. Em relação aos homens, o grupo com maior número de trabalhadores remunerados é o de 4 a 7 anos de estudo, com 33,5%.

A população ocupada com 10 anos ou mais de idade quanto à posição na ocupação encontra-se em três principais categorias: empregado com carteira assinada (41,1%), conta própria/autônomo (32%) e empregado sem carteira assinada (18,5%). Juntas essas categorias representam mais de 90% da população ocupada residente no Mauazinho.

No que diz respeito à distribuição da população segundo ramos de atividade econômica e sexo, os dados apresentados sobre o ramo de atividade econômica que mais se destacou nesta pesquisa foi o de comércio de mercadorias, com 27,7% do total de entrevistados ocupados em atividades remuneradas, seguido pela indústria de transformação com 22% dos ocupados.

Os serviços domiciliares representam 10,9% dos entrevistados com 10 anos ou mais que possuem atividade remunerada. O setor de transportes revela sua importância e se aproxima bastante com 10,2%.

De modo geral, verifica-se maior quantidade de homens nos diferentes setores econômicos dos residentes no Mauazinho. Alguns setores chamam a atenção devido a grande discrepância na proporção de homem/mulher, é o caso dos serviços de alojamento e alimentação e de conservação, onde geralmente há uma participação maior de mulheres, mas no caso dos moradores do Mauazinho isso não ocorre, pelo contrário para cada 35 homens ocupados nessas atividades apenas uma mulher está empregada. Os setores de transporte e construção são típicos de preferirem homens para a realização

de suas atividades, por isso não é estranho entender as razões de sexo de 40/1 e 33/1, respectivamente.

No levantamento realizado foi solicitado aos moradores com 10 anos ou mais de idade que citassem sua ocupação principal. Entre as ocupações mais mencionadas pelos moradores, cinco destacam-se pela maior quantidade de pessoas envolvidas. Tratam-se dos vendedores, pedreiros, comerciantes, empregadas domésticas e carregadores.

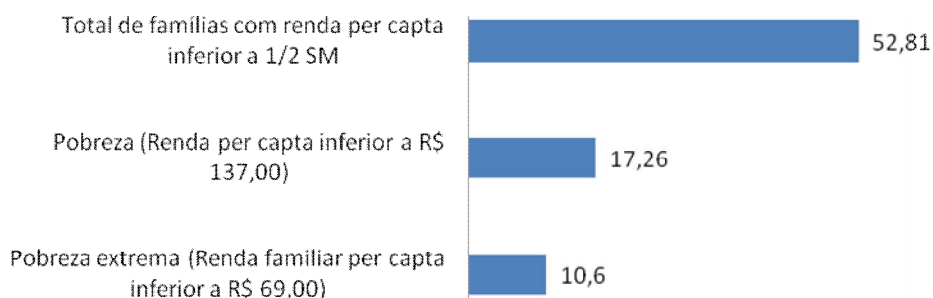
Verifica-se que as atividades mencionadas podem estar relacionadas com a proximidade do local de trabalho, pois 31,2% dos trabalhadores remunerados trabalham no próprio bairro onde moram.

#### v) *Escassez de recursos*

Com relação à renda das famílias, 52,81% delas tinham renda per capita inferior a ½ salário mínimo. Quanto às demais linhas de pobreza apresentadas no Gráfico 7, estas são utilizadas como critério de elegibilidade do Programa Bolsa Família. Destaca-se o elevado nível da pobreza extrema atingindo 10,6% das famílias do bairro. Ressaltando que já estão inclusas na renda os benefícios do bolsa família, aposentadorias e demais benefícios.

Dos entrevistados com 10 anos ou mais de idade, quase a ½ não recebe nenhum rendimento (44,7%), cerca de 18,6% recebem mais de ½ a 1 salário mínimo e 21,1% recebem mais de 1 a 2 salários mínimos. Enfatizando que uma parcela irrisória dessa população recebe mais de 10 salários mínimos. É visível a condição de pobreza e baixa renda que a população do bairro do Mauzinho se encontrava em 2008.

**Gráfico 7 – Renda familiar per capita, bairro Mauzinho, 2008.**



Fonte: Pesquisa sobre qualidade de vida no entorno da Refinaria de Manaus (REMAN), 2008.

É importante ressaltar que, dos entrevistados que não possuem rendimento 59,7% encontravam-se em idades entre 10 e 19 anos, idades essas em que as pessoas buscavam garantir uma melhor formação escolar e, aí sim, ingressar no mercado de trabalho. É o que está acontecendo com a maioria desses jovens, uma vez que 85% deles estão freqüentando escola. As pessoas na faixa etária de 20 a 29 anos representam 18,8% das sem rendimento. Neste grupo verificou-se que apenas uma pequena parcela encontrava-se freqüentando escola (menos de 20% dos sem remuneração), enquanto a maioria não estava na escola nem realizava atividade remunerada.

Com efeito, a distribuição dos rendimentos por condição na unidade familiar, mostra que 61,6 % dos responsáveis pela família recebem mais de ½ a 2 salários mínimos (Tabela 2). Os cônjuges representam 48,9% dos sem rendimento e 33,6% recebem entre mais de ½ a 2 salários mínimos. Verifica-se, também que 71,3% dos filhos não possuem rendimento, dado condizente com a faixa etária dos filhos.

Ressalta-se que 13,4% dos responsáveis pelas famílias não possuem rendimento e somado aos que recebem até 1 salário mínimo chega a 51,1%. Significando que mais da metade dos entrevistados que estão na condição de chefes de família possuem renda de até 1 salário mínimo. Por outro lado, apenas 1,5% recebem mais de 5 salários mínimos. Verifica-se ainda que entre os cônjuges quase a metade não tem rendimento, e uma distribuição mais igualitária entre as classes de rendimento de mais de ½ a 2 salários mínimos.

**Tabela 2**  
Bairro do Mauzinho  
Rendimento por condição na unidade familiar - 2008

Classes de rendimento	Percentual		
	Principal responsável	Cônjuge	Filho
Sem rendimento	13,41	48,86	71,34
Até 1/2 Salário Mínimo	10,02	13,70	5,17
De 1/2 a 1 Salário Mínimo	27,63	16,89	10,34
De 1 a 2 Salários Mínimos	33,93	16,67	11,82
De 2 a 5 Salários Mínimos	13,57	3,42	1,18
De 5 a 10 Salários Mínimos	1,29	0,46	0,15
De 10 Salários Mínimos	0,16	0,00	0,00

Fonte: Pesquisa sobre qualidade de vida no entorno da Refinaria de Manaus (REMAN), 2008.

A participação dos filhos enquanto pertencentes à categoria sem rendimento é mais expressiva ainda, com 71,2%. Neste caso, tem que ser considerado que 2/3 das pessoas na condição de filhos do chefe da família tem entre 10 a 19 anos, seguindo o mesmo raciocínio em relação ao que já foi falado anteriormente sobre os jovens.

A distribuição dos rendimentos por sexo mostra que 1/3 da população masculina com 10 anos ou mais de idade não recebe rendimento, seguido praticamente pela mesma proporção de pessoas enquadradas na faixa de mais de 1 a 2 salários mínimos.

As mulheres sem rendimento apresentam um percentual ainda mais elevado que o dos homens, com 55,9%. Considerando que 85% das mulheres recebem até 1 salário mínimo, pode-se concluir que estas estão tendo remuneração pior que a dos homens. A questão do diferencial salarial entre homens e mulheres é bastante discutida, e no caso do Mauazinho é visível.

**Tabela 3**  
Bairro do Mauazinho  
Distribuição do rendimento por sexo - 2008

Classes de rendimento	Percentual	
	Homem	Mulher
Sem rendimento	33,55	55,89
Até 1/2 Salário Mínimo	5,04	13,30
De 1/2 a 1 Salário Mínimo	21,33	15,78
De 1 a 2 Salários Mínimos	30,12	12,00
De 2 a 5 Salários Mínimos	9,00	2,70
De 5 a 10 Salários Mínimos	0,86	0,32
De 10 Salários Mínimos	0,11	0,00

Fonte: Pesquisa sobre qualidade de vida no entorno da Refinaria de Manaus (REMAN), 2008.

A distribuição dos rendimentos por anos de estudo revela que quanto maior a escolaridade do trabalhador maior a proporção de ocupados nas faixas salariais mais altas (Tabela 4). O grupo de anos de estudo que mais chama a atenção com relação à ausência de rendimento é o de 1 a 3 anos, que apresenta, aproximadamente, 60% dessa população. As pessoas com 4 a 7 anos e 8 a 20 anos de estudo também apresentam percentuais bastante elevados na categoria sem rendimento (49,5% e 43,1%, respectivamente).

**Tabela 4**

Bairro do Mauazinho

Distribuição do rendimento por grupos de anos de estudo concluído - 2008.

Classes de rendimento	Percentual por anos de estudo				
	< 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11+ anos
Sem rendimento	39,87	59,80	49,53	43,08	26,38
Até 1/2 Salário Mínimo	12,42	9,48	11,37	6,92	5,78
De 1/2 a 1 Salário Mínimo	35,29	17,97	17,91	18,24	14,57
De 1 a 2 Salários Mínimos	11,76	9,80	16,51	24,21	39,70
De 2 a 5 Salários Mínimos	0,65	2,94	4,21	6,92	11,81
De 5 a 10 Salários Mínimos	0,00	0,00	0,47	0,63	1,51
De 10 Salários Mínimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25

Fonte: Pesquisa sobre qualidade de vida no entorno da Refinaria de Manaus (REMAN), 2008.

No grupo com 11 anos ou mais de estudo mais da metade recebe acima de 1 salário mínimo. Dentro desse grupo de escolaridade, as pessoas com mais de 1 a 2 salários mínimos são as mais expressivas em termos percentuais, com 39,7%. É interessante observar que nesse grupo de instrução há uma parcela significativa de pessoas que não tem rendimento. Em parte isto é explicado pelo fato de que grande parte delas tem menos de 20 anos de idade (43,8%). É notável que exista uma relação entre a melhoria na renda dos trabalhadores quando se leva em consideração os anos de estudo.

## 2. Acesso a transferência de renda

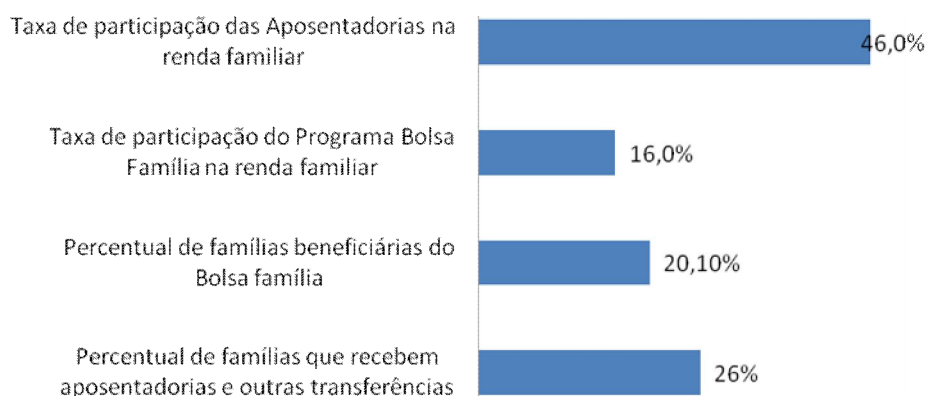
Os programas de transferência de renda visam contribuir para o combate à pobreza da população. Correspondem a políticas públicas de expansão e democratização dos serviços sociais. O Brasil vem apresentando expansão considerável de políticas públicas de transferência direta de renda para a população pobre, como importante ferramenta para a redução da pobreza. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foram criados programas como bolsa-escola, bolsa-alimentação e auxílio gás. O governo Lula unificou estes três programas de transferência de renda e criou o Bolsa Família.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Como critérios para a inclusão no Programa, as famílias devem ter renda de até R\$ 140 reais, sendo que aquelas com renda mensal entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00, só podem ingressar no Programa se

possuírem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Já as famílias com renda mensal de até R\$ 70,00, podem participar do Bolsa Família independente da idade dos membros da família. O valor do benefício recebido pode variar entre R\$ 22,00 a R\$ 200,00. Além disso, o programa costuma abordar três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: promoção do alívio imediato da pobreza, por meio de transferência direta de renda à família; o reforço do exercício de direitos sociais básicos nas áreas da saúde e da educação, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo de pobreza entre gerações, e a coordenação de programas complementares (BRASIL, 2008).

Em 2008, o programa alcançou cerca de 21% da população brasileira, correspondendo a 10,65 milhões de famílias; já no bairro Mauazinho esse percentual foi de 20,5%, no mesmo período (Gráfico 8).

**Gráfico 8 – Transferências diretas governamentais, bairro Mauazinho, 2008.**



Fonte: Pesquisa sobre qualidade de vida no entorno da Refinaria de Manaus (REMAN), 2008.

Conforme foi verificado anteriormente o número de famílias aptas a fazer parte do Programa Bolsa Família no bairro era superior ao de beneficiários, correspondendo a uma diferença de 8% entre as 26% famílias aptas a receber o benefício. Esse fato revela que o programa apresenta algumas deficiências quanto a sua abrangência, deixando um significativo número da população excluída desse benefício.

Quanto ao percentual de famílias beneficiadas pelos programas governamentais de transferência de renda este correspondia a 46,5%, sendo que as aposentadorias, pensões e seguro-desemprego representavam 26,0% e o Bolsa Família beneficiava 20,1%.

A participação do Bolsa Família na renda das famílias beneficiárias é em média 16%, já a participação por aposentadorias representa em média 46% da renda das famílias beneficiárias.

Os programas de transferência possuem caráter assistencialista e não emancipatório, pois não atingem as causas da pobreza, apenas tornam menos adversas as condições de vida dos mais pobres, reduzindo as desigualdades de renda no país. Esses programas de transferência de renda deverão ser uma necessidade de política social por um longo período, sendo que a duração e a intensidade das transferências minimamente necessárias para garantir estabilidade social neste período de transição vão depender tanto da evolução econômica, como do grau de eficácia dos programas sociais voltados especificamente para o combate das causas estruturais da pobreza brasileira. (ROCHA, 2004).

### **Considerações finais**

Os resultados obtidos revelam que a pobreza é evidente em toda a extensão do bairro Mauazinho. A análise das cinco dimensões da pobreza mostrou que a ocorrência de situações de vulnerabilidade, condições precárias de moradia, ausência ou insuficiência de ocupação/renda tem marcado as famílias residentes no local.

O estudo revelou situações preocupantes como o fato de que mais da metade das famílias possuíam renda per capita inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e um número expressivo (10%) de famílias em condição de pobreza extrema.

É significativo o número de chefes de família com ocupação precária, baixa renda e baixa escolaridade. Assim como é preocupante o alto número de cônjuges, e filhos sem ocupação. Vale ressaltar que a inserção no mercado de trabalho é a principal forma de acesso a renda e a garantia de meios de sobrevivência dos indivíduos e famílias.

A análise do acesso aos programas de transferência de renda no bairro Mauazinho, revelou que o Programa Bolsa Família abrange 20,1% das famílias do bairro. Já as aposentadorias, pensões, seguro-desemprego beneficiam 26,0% das famílias. A participação das transferências relativas a aposentadorias e pensões corresponde a aproximadamente metade da renda das famílias beneficiárias. Enquanto o Bolsa família corresponde a uma parcela inferior, porém significativa da renda das famílias.

A contribuição dos programas de transferência de renda revelou um impacto positivo, porém insuficiente, na redução da pobreza dos moradores do bairro. Existem indícios de que os programas sociais vêm afetando positivamente as famílias nos estratos mais baixos de rendimento familiar per capita, reduzindo a condição de pobreza extrema. Porém verificou-se que ainda existe um contingente considerável de famílias que necessitam ser alcançadas.

## **Referências**

ALVES, J.E.D., CAVENAGHI, S. Déficit habitacional, famílias conviventes e condições de moradia. In: II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. Rio de Janeiro, 2006.

ALVES, J.E. O Bônus Demográfico e o Crescimento Econômico No Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

ALKIRE, S. Dimensions of human development. *World Development*, v. 30, n. 2, p. 181-205, 2002.

BARROS, R.P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. Pobreza multidimensional no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. 37 p. (Texto para discussão, n. 1227)

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. O índice de desenvolvimento da família (IDF). Rio de Janeiro: Ipea, 2003 (Texto para Discussão, n. 986).

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei no 8.742, de 7 de janeiro de 2004. Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família.

CHAKRAVARTY, S; MAJUMDER, A. Measuring Human Poverty: A Generalized Index and an Application Using Basic Dimensions of Life and Some Anthropometric Indicators. *Journal of Human Development* Vol. 6, No. 3, November 2005

CODES, A.L.M. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. Brasília: IPEA, 2008. 29 p. (Texto para discussão, n. 1332)

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil 2005. Belo Horizonte, 2006

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Desenvolvimento Humano em Manaus: Atlas Municipal*. Belo Horizonte, 2006.

FERREIRA, F.; PRENNUSHI, G.; RAVALLION, M. Protecting the poor from macroeconomic shocks: an agenda for action in a crisis and beyond. Washington, DC.: World Bank, 2000. 28 p. (Working paper, n. 2160)

DEATON, A. Measuring poverty. Princeton: Princeton University, Research Program in Development Studies, 2004. 21 p. (Working papers, n. 230)

IPEA. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. IPEA. 2006. (Nota técnica, n. 09).

LAVINAS, L. Pobreza e Exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. Revista Econômica, Rio de Janeiro, v.4 n.1, 2002.

LOPES, H. M; MACEDO, P. B. R; MACHADO, A. F. Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. 15p. (Texto para discussão ; 223)

MACHADO, A. F. Análise de pobreza com indicadores multidimensionais: uma aplicação para Brasil e Minas Gerais. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v.. 9, n. 1, p. 125-152, 2005.

MATOS, P. C; OLIVERA, G. G. . A ação do Programa Bolsa Família em comunidades rurais: O caso do Timbó, Bahia. Biblioteca Virtual do Bolsa Família-Centro Internacional de Pobreza, 2008.

NASCIMENTO, R; WONG, L. Evolução da fecundidade na Região Norte do Brasil. Cadernos de Estudos Sociais. Recife. v. 12, no. 2, jul./dez. p 315-340, 1996.

PINHEIRO, ET. AL. Retrato das Desigualdades de gênero e raça. 3. ed. Brasília: Ipea: SPM: UNIFEM, 2008. 36 p.

RIBAS, R.P. Vulnerabilidade à pobreza no Brasil: medindo risco e condicionalidade a partir da função de consumo das famílias. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p.,299-343, 2007.

ROCHA, S. Impacto Sobre A Pobreza Dos Novos Programas Federais De Transferência De Renda. Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia. Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia, 2004.

ROCHA, S. Poverty studies in Brazil: a review. Brasília, DF.: IPEA; 1996a. 20 p.(Texto para discussão, n. 398)

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003. 244 p.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 265-299, 2006.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo; Razão e Emoção, 2ª edição. São Paulo, Editora Hucitec, 1994.

SEN, A. Poor, relatively speaking. Oxford Economic Papers, New Series, v. 35, n. 2, p. 153-169, 1983.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 409 p.

SEN, A. Poverty: an ordinal approach to measurement. *Econometrica*, Chicago, v. 44, n. 2, p. 219-231, 1976.

WAGLE, U. Multidimensional poverty measurement with economic well-being, capability, and social inclusion: A case from Kathmandu, Nepal. *Journal of Human Development*, Vol. 6, No. 3, November 2005.

WORLD BANK. BRAZIL: a poverty assessment. Washington, D.C.: Latin América and Caribbean Department, May 1995 (Report No. 14323-BR)